Escritório Regional para a América do Sul da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN DO SUL)

Requer contratação

Serviços de consultoria profissional para

"Análise da dinâmica e tendências territoriais do uso de recursos naturais nas áreas de intervenção do projeto A2.0 no Brasil"

Tipo de contrato:	Serviços Profissionais de Consultoria
Prazo:	4 meses
Disponibilidade:	Imediato
Responsável pela supervisão:	Braulio Buendía, Coordenador Regional do Projeto Amazônia 2.0

1. ANTECEDENTES

Sobre a IUCN

A IUCN, União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais, ajuda o mundo a encontrar soluções pragmáticas para os nossos desafios ambientais e de desenvolvimento mais prementes.

O trabalho da IUCN concentra-se em valorizar e conservar a natureza, garantindo uma governança eficaz e equitativa de seu uso e implantando soluções baseadas na natureza para os desafios globais em clima, alimentos e desenvolvimento. A IUCN apoia a pesquisa científica, dirige projetos de campo em todo o mundo e reúne governos, ONGs, Nações Unidas e empresas para desenvolver políticas, leis e melhores práticas.

A IUCN é a organização ambiental mais antiga e maior do mundo, com mais de 1.200 membros de governos e ONGs e cerca de 11.000 voluntários especializados em cerca de 160 países. O trabalho da IUCN é apoiado por uma equipe de mais de 1.000 pessoas em 45 escritórios e centenas de afiliadas nos setores público e privado e ONGs em todo o mundo.

Sobre o Projecto

O projeto **Amazonía 2.0**[1] tem como objetivo contribuir para a redução do desmatamento de florestas tropicais em seis países: Guiana, Suriname, Colômbia, Brasil, Equador e Peru. Para enfrentar essas ameaças, as capacidades de organizações indígenas e camponesas de seis territórios da bacia amazônica serão fortalecidas através da formação da fiscalização florestal comunitária e da articulação de uma plataforma social e tecnológica que apóie a disseminação e tratamento de informações sobre ameaças às florestas e as ações tomadas para mitigá-las; Da mesma forma, o projeto espera contar com o apoio de uma rede de parceiros para promover uma agenda de incidência em políticas públicas em nível regional, com base nos modelos de gestão territorial gerados.

Amazônia 2.0 visa fortalecer os modelos de governança florestal em territórios indígenas e comunitários do bioma Amazônia, com o objetivo de fortalecer as capacidades locais de boa

[1] https://www.amazoniadospuntocero.com/es/

governança de territórios e florestas, por meio da consolidação de um modelo de "supervisão comunitária" desenvolvido em América do Sul. É uma iniciativa regional colaborativa financiada pela União Europeia Amazônia 2.0 e executada desde 2017 sob a coordenação da IUCN Sul, em conjunto com a IUCN Brasil, Fundação Natura (Colômbia), Fundação EcoCiencia (Equador), ECO REDD (Peru), Amazônia Equipe de Conservação - ACT (Suriname) e Associação dos Povos Indígenas - APA (Guiana).

Para a concepção do projeto, os parceiros aproveitaram a rica experiência adquirida em projetos anteriores, entre outros aqueles financiados pela União Europeia, como o apoio à implementação do Plano de Ação FLEGT.[2]" Da União Europeia na América do Sul:" Catalisando iniciativas para controlar e verificar a origem da madeira no comércio e apoiar melhorias na governança florestal ".

Amazônia 2.0 aplicar um modelo abrangente com elementos interconectados: 1) Monitoramento: fortalecimento do comprometimento, capacidades e ferramentas sociais e tecnológicas para monitoramento local e melhor governança; 2) Incidência no Políticas nacionais e regionais sobre mudança climática e florestas, para contribuir com os processos de tomada de decisão nos níveis local, estadual e nacional, com base nas informações obtidas através do monitoramento; 3) com os dois elementos anteriores, contribuir para uma melhor gestão territorial, considerando o papel dos atores locais e sua visão de mundo, reduzindo assim ameaças e pressões sobre o território. E, finalmente, 4) esforços cumulativos ajudam a conservação e o uso sustentável de ecossistemas nas paisagens da Amazônia.

Sobre o A2.0 no Brasil:

No Brasil, a iniciativa A2.0 é implementado pela Associação IUCN Brasil, no Estado do Acre, em três territórios: Terras Indígenas Mamoadate e Alto Rio Purus, além do Parque Estadual Chandless (PEC), territórios que formam um mosaico de áreas protegidas onde vivem quatro grupos. étnicos (Kaxinawa, Madijá, Manchineri e Jaminawa) e habitantes das margens do rio (comunnitários).

No Brasil, os povos indígenas têm garantido constitucionalmente o direito original sobre as terras que ocupam tradicionalmente e é dever da União demarcar e proteger terras indígenas, uma vez que as terras tradicionalmente ocupadas são destinadas a sua posse permanente, com uso exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos encontrados neles. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é a instituição governamental responsável pela demarcação e proteção de Terras Indígenas representadas por organizações, associações e líderes de seus territórios. É por isso que as entidades governamentais e as organizações, associações e comunidades indígenas são atores fundamentais para o desenvolvimento do projeto.

Essas áreas fazem parte de quatro municípios do Acre (Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Assis Brasil e Sena Madureira), e também são constituintes da bacia do rio Purus e fazem fronteira com as fronteiras do Brasil, Peru e Bolívia. Os três territórios constituem uma área contínua de maciço florestal com mais de 1 milhão de hectares, o que representa 7,8% do estado, e o desmatamento acumulado que representa 0,28% das áreas. Embora exista um bom grau de conservação nessas áreas, estando na linha de fronteira, elas estão sujeitas a ameaças como tráfico de florestas e vida selvagem, tráfico de drogas, invasões etc.

[2] Aplicação da lei, governança e comércio florestais, ou em espanholAplicação da lei, governança e comércio florestais "

Figura 1. Localização das áreas de implementação do projeto Amazonia 2.0 no Brasil.

Justificativa para esta consultoria:

Apesar de ter um bom nível de conservação, existem pressões e ameaças nesses territórios, tanto internos (por exemplo, caça, pesca, extração ilegal de madeira) quanto externos (por exemplo, tráfico transfronteiriço); portanto, é fundamental um trabalho articulado entre entidades estaduais e locais, bem como no marco de estratégias transfronteiriças, focado no fortalecimento das capacidades técnicas e organizacionais desses atores para a gestão de seus territórios, controle social, monitoramento de florestas e governança florestal e, assim, combater o comércio ilegal de recursos silvestres, visando seu impacto nas mudanças climáticas locais e nacionais e nas políticas florestais.

Como parte das ações para consolidar o progresso alcançado pelo projeto e suas ações de incidência, é essencial realizar um estudo que compile e analise informações atuais e prospectivas relevantes para os diversos atores do território – tantos os Povos Indígenas e entidades, como para o governo e sociedade civil - para fortalecer estratégias e ferramentas de planejamento e intervenção, ajudando a garantir a conservação dos recursos naturais e o bem-estar das populações indígenas. Esse processo será baseado na análise de pressões internas e externas nos territórios, bem como nas oportunidades e desafios para garantir a conservação e o desenvolvimento socioeconômico das populações indígenas. Os resultados deste processo serão eventualmente insumos úteis para a atualização dos planos de gestão territorial das terras indígenas e do Parque Estadual Chandless.

2. OBJETIVOS

Objetivo:

Contribuir para a análise de dados e informações para fortalecer os instrumentos existentes e a estratégia de gestão das três áreas de intervenção da Amazônia 2.0 no Brasil, para inferir cenários futuros para fortalecer a governança, considerando a situação dos recursos naturais e meios de subsistência, considerando a dinâmica social, aspectos populacionais, econômicos, ambientais e institucionais.

Objetivos específicos:

- Analisar a dinâmica de uso e exploração dos recursos naturais das populações indígenas residentes nas três áreas de intervenção do projeto, considerando aspectos populacionais, econômicos, ambientais e institucionais, entre outros, que contribuem para o entendimento

das principais pressões e ameaças, necessidades atuais e futuras para poder inferir cenários e oportunidades para melhorar a governança efetiva desses territórios.

- Desenvolver cenários que permitam definir oportunidades, riscos e desafios para orientar a conservação das áreas e o desenvolvimento das populações indígenas que nela vivem.
- Propor recomendações para melhorar os instrumentos existentes e os processos de tomada de decisão dos atores envolvidos, para contribuir com processos de incidência que harmonizem as diferentes visões, necessidades, demandas e interesses presentes.

3. PRODUTOS

Produto 1:

Documento que aborda a análise da dinâmica de uso e exploração dos recursos naturais das populações indígenas que vivem nas três áreas de intervenção do projeto, integrando os planos de gestão e de manejo existentes e considerando aspectos populacionais, econômicos, ambientais e institucionais, entre outros, que contribuem para entender ameaças, pressões e necessidades atuais e futuras como base para inferir em cenários futuros.

Atividades:

- *Revisar detalhadamente todos os documentos / instrumentos de gestão das três áreas de intervenção do Amazônia 2.0.*
- *Revisar e documentar os antecedentes, marcos regulatórios, estudos e estatísticas anteriores, relatórios de monitoramento e outras informações sobre as três áreas de intervenção (informações técnicas, administrativas, jurídicas, entre outras) e descrever o grau de intervenção dos atores comunitários nas atividades de monitoramento e gestão das áreas.*
- *Revisar os relatórios, pareceres e outras informações secundárias que permitem sistematizar as pressões e ameaças aos principais valores de conservação das três áreas de intervenção; priorizar por escalas essas pressões e ameaças para conhecer suas causas, responsáveis e ações para combatê-las de acordo com seu nível de impacto e riscos.*
- *Realizar entrevistas com as partes interessadas, que possam testemunhar e compartilhar informações sobre o potencial de conservação, a dinâmica do uso de recursos e as dinâmicas sociais das populações que vivem nas áreas. Levando emconta o contexto da pandemia, será considerado o desenvolvimento de consultas virtuais.*
- *Socializar os resultados preliminares para feedback com as equipes técnicas do Brasil e a coordenação regional do projeto; incorporar as contribuições.*

Produto 2:

Documento que apresenta os diferentes cenários, indicando critérios, variáveis e tipo de análise que permitem definir oportunidades, riscos e desafios para orientar a conservação das áreas e o desenvolvimento das populações indígenas que nela vivem.

- *Com todo o antecedente revisado, definir critérios para realizar uma análise e prospecção do uso de recursos.*
- *Analisar as demandas internas de uso dos recursos naturais, suas necessidades econômicas e seu grau de relacionamento com os agentes do mercado para satisfazê-los, além das necessidades de autoconsumo.*

- *Inferir cenários futuros considerando variáveis sociais, ambientais, territoriais, econômicas, comerciais, entre outras, que combinem interesses e processos de tomada de decisão entre as instituições responsáveis e os atores comunitários que vivem nas áreas.*
- *Incorporar na análise a prospecção de riscos, desafios e oportunidades.*
- *Socializar os resultados preliminares para feedback com as equipes técnicas do Brasil e a coordenação regional do projeto; incorporar as contribuições.*

Produto 3:

Documento que consolida o exposto e apresenta recomendações como insumo para a tomada de decisão e atualização dos planos de gestão indígena e do PEC, em torno das prioridades para a conservação e desenvolvimento sustentável das populações locais (incluindo meios de subsistência), que contribuem melhorar a governança, harmonizando as visões, necessidades, demandas e interesses dos atores envolvidos e levantando os principais elementos de incidência.

Atividades:

- *Com base em tudo o que foi revisado e analisado, propor recomendações para retroalimentar e fortalecer os instrumentos de gestão existentes nas três áreas de intervenção. Propor melhorias nas relações e compromissos dos atores comunitários com as entidades responsáveis pela gestão das áreas, combinando interesses e articulando esforços.*
- *Apresentar uma proposta executiva para um plano de ação com base no estudo realizado para manter a conservação das áreas de intervenção. Identificar os responsáveis para implementar as recomendações e orientar estratégias de apropriação e utilização dos resultados dos estudos na gestão que realizam de acordo com suas competências.*
- *Consolidar os produtos anteriores com esse último e apresentar um estudo integrado que combine a análise da dinâmica de uso e exploração dos recursos naturais das populações indígenas residentes nas três áreas de intervenção do projeto, os cenários futuros considerando as diversas variáveis, recomendações e plano de ação.*
- *Fazer uma apresentação para os principais atores envolvidos localmente no projeto, bem como para as equipes técnicas encarregadas da implementação do projeto Amazônia 2.0.*
- *Incorporar as contribuições no processo de feedback e gerar o documento final, que integre o processo de socialização e validação (todas as ajudas memórias e outros documentos relevantes devem ser anexados).*

4. CRONOGRAMA DE ENTREGA DE PRODUTOS

3.1. Atividades e programação

Prod	Atividades	Cronograma (semanas)															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1	*Revisar detalhadamente todos os documentos / instrumentos de gestão das três áreas de intervenção do Amazônia 2.0.*																
	Revisar e documentar os antecedentes, marcos regulatórios, estudos e estatísticas anteriores, relatórios de monitoramento e outras informações sobre as três áreas de intervenção (informações técnicas, administrativas, jurídicas, entre outras) e descrever o grau de intervenção dos atores comunitários nas atividades de monitoramento e gestão das áreas.																
	Revisar os relatórios, pareceres e outras informações secundárias que permitem sistematizar as pressões e ameaças aos principais valores de conservação das três																

	áreas de intervenção; priorizar essas pressões e ameaças em escalas para determinar suas causas, partes responsáveis e ações para combatê-las de acordo com seu nível de impacto e riscos.																
	Realizar entrevistas com as partes interessadas, que possam testemunhar e compartilhar informações sobre o potencial de conservação, a dinâmica do uso de recursos e as dinâmicas sociais das populações que vivem nas áreas. Tendo em vista o contexto da pandemia, será considerado o desenvolvimento de consultas virtuais.																
	Socializar os resultados preliminares para feedback com as equipes técnicas do Brasil e a coordenação regional do projeto; incorporar as contribuições.																
2	*Com todo o antecedente revisado, definir critérios para realizar uma análise e prospecção do uso de recursos*																
	Analisar as demandas internas pelo uso dos recursos naturais, suas necessidades econômicas e seu grau de relacionamento com os agentes do mercado para satisfazê-los, além das necessidades de autoconsumo.																
	Inferir cenários futuros considerando variáveis sociais, ambientais, territoriais, econômicas, comerciais, entre outras, que combinem interesses e processos de tomada de decisão entre as instituições responsáveis e os atores comunitários que vivem nas áreas.																
	Incorporar na análise a prospecção de riscos, desafios e oportunidades.																
	Socializar os resultados preliminares para feedback com as equipes técnicas do Brasil e a coordenação regional do projeto; incorporar contribuições.																
3	*Com base em tudo o que foi revisado e analisado, propor recomendações para retroalimentar e fortalecer os instrumentos de gestão existentes nas três áreas de intervenção. Propor melhorias nas relações e compromissos dos atores comunitários com as entidades responsáveis pela gestão das áreas, combpatibilizando interesses e articulando esforços.*																
	Apresentar uma proposta executiva para um plano de ação com base no estudo realizado para manter a conservação das áreas de intervenção. Identificar os responsáveis por implementar as recomendações e orientar estratégias de apropriação e utilizar os resultados dos estudos na gestão que realizam de acordo com suas competências.																
	Consolidar os produtos anteriores com esse último e apresentar um estudo integrado que combine a análise da dinâmica de uso e exploração dos recursos naturais das populações indígenas residentes nas três áreas de intervenção do projeto, os cenários futuros considerando as diversas variáveis, recomendações e plano de ação.																
	Fazer uma apresentação para os principais atores envolvidos localmente no projeto, bem como para as equipes técnicas encarregadas da implementação do projeto Amazônia 2.0.																
	Incorporar as contribuições no processo de feedback e gerar o documento final, que integra o processo de socialização e validação (todas as ajudas memórias e outros documentos relevantes devem ser anexados).																

3.2. Cronograma para a entrega dos produtos:

Produtos	Data estimada de entrega	Percentagem de pagamento
Produto 1. Documento que aborda a análise da dinâmica de uso e exploração dos recursos naturais das populações indígenas que vivem nas três áreas de intervenção do projeto, integrando os planos de gestão e manejo existentes e considerando os aspectos populacionais, econômicos,	5 semanas após a assinatura do contrato	20%

ambientais e institucionais, entre outros, que contribuam para entender ameaças, pressões e necessidades atuais e futuras como base para inferir cenários futuros.		
Produto 2. Documento que apresenta os diferentes cenários, indicando critérios, variáveis e tipo de análise que permitem definir oportunidades, riscos e desafios para orientar a conservação das áreas e o desenvolvimento das populações indígenas que nela vivem.	10 semanas após a assinatura do contrato	40%
Produto 3. Documento que consolida o exposto e apresenta recomendações como insumo para a tomada de decisão e atualização dos planos de gestão indígena e do PEC, em torno das prioridades para a conservação e desenvolvimento sustentável das populações locais (incluindo meios de subsistência), que contribuem melhorar a governança, harmonizando as visões, necessidades, demandas e interesses dos atores envolvidos e levantando os principais elementos de incidência.	14 semanas após a assinatura do contrato	40%

- Todos os produtos serão pagos após a entrega, para total satisfação da IUCN.

- Os desembolsos serão feitos de acordo com a disponibilidade de fundos pelo doador.

5. CONTEÚDO DA PROPOSTA DO CONSULTOR

- Carta de Apresentação: incluindo as competências técnicas específicas do candidato, na área de consultoria
- CV
- Proposta técnica contendo cronograma provisório em relação às atividades e produtos (ajustado ao horário proposto da consultoria)
- Proposta econômica

Todos esses documentos devem ser apresentados **em espanhol**.

6. PERFIL TÉCNICO

- Profissional em ciências naturais ou sociais, mínimo com mestrado.
- Pelo menos 8 anos de experiência em gestão de florestal da Amazônia, com ênfase na governança florestal e no uso de indicadores.
- Conhecimento e experiência em avaliações de biodiversidade, determinação de potencial biológico, dinâmicas sociais e ambientais.
- Experiência em gerenciamento de ferramentas e softwares tecnológicos para inventários, estudos populacionais, análises de geo-satélite.
- Conhecimento da agenda de mudanças climáticas e florestas, ferramentas de gestão e marco regulatória para a gestão de áreas de conservação no Brasil.
- Capacidade de gerenciar metodologias participativas, facilitação de processos e ferramentas de análise e sistematização.

- Conhecer e ter experiência com iniciativas implementadas nos países envolvidos no Amazônia 2.0.
- Excelentes habilidades de análise e reflexão; síntese e escrita.
- Português-Espanhol bilíngue (falado e escrito).

7. PRAZO E COORDENAÇÃO

O prazo desta consultoria será de 4 meses.

Método de trabalho (com a unidade / projeto): O consultor trabalhará em estreita comunicação com o coordenador regional do projeto A2.0 e sua equipe de suporte, bem como com a equipe da Amazônia 2.0 no Brasil. A equipe técnica do Projeto Amazônia 2.0 fornecerá acesso a todas as informações necessárias, além de comunicação com parceiros nacionais, para que o consultor possa gerar os produtos definidos.

8. OUTROS GASTOS

O orçamento para serviços de consultoria não inclui despesas além de honorários profissionais.

O consultor deverá assumir os pagamentos correspondentes aos impostos, de acordo com os regulamentos em vigor em seu país de residência; precisará ter seguro de saúde e vida diário; e assumirá as cobranças bancárias pela transferência.

9. CRITÉRIOS DE EVALIAÇÃO

As propostas serão avaliadas de acordo com os seguintes critérios:

- Proposta técnica que inclui atividades, metodologia e cronograma : 40%
- Experiência, perfil técnico e referências em consultorias anteriores em áreas similares: 40%
- Proposta Econômica, que inclui todas as despesas envolvidas na realização deste trabalho: 20%

10. ENVIO DA PROPOSTA

A proposta deverá ser enviada a: Estefania.Acosta@iucn.org, sob a referência "**Dinâmica das tendências territoriais no Acre**" até **22 de julho de 2020** (23:59 UTC-5, horário de Quito / Rio Branco).

Para perguntas para esclarecer estes termos de referência, entre em contato com: Estefania.Acosta@iucn.org.

11. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO EM CASO DE SER SELECIONADO

Se sua oferta for selecionada como vencedora, observe que há uma lista de requisitos / documentos a serem enviados como parte do processo. A omissão ou recusa em cumprir com qualquer um desses meios significa que você (sua empresa / organização) não está qualificado para assinar um compromisso contratual com a IUCN e, portanto, nos reservamos o direito de continuar o processo com outro candidato. Abaixo está um detalhe desses requisitos:

- Cópia do documento de identidade ou passaporte, conforme o caso (no caso de uma pessoa jurídica, uma cópia do documento de identidade do Representante Legal).
- Registro Único de Contribuiente (RUC) ou o seu equivalente no país de origem (Registro Tributário atual).
- Para pessoas jurídicas (dentro e fora do Equador) cópia da Designação do Representante Legal da empresa/organização.
- Dados do banco. No caso de contratos fora do Brasil, o candidato deve incluir os códigos/dados bancários para realizar pagamentos por transferência internacional.
- Apólice de Vida em vigor durante o período do contrato (só se aplica a pessoas físicas). Se o candidato selecionado já tiver uma apólice e esta cobrir o período do contrato, pode apresentá-la para cumprir este requisito. A UICN não estabelece um valor mínimo para a apólice, uma vez que está à livre escolha do tomador do seguro.
- Certificado de Cumprimento de Obrigações Tributárias (No Brasil: Certidões negativas Federal e Estadual, em plena validade).
- Certificado de Cumprimento das Obrigações do Empregador (No Brasil: Certidões negativas Trabalhista, e FGTS, em plena validade). Para Equador, e de ser no caso para perssoas naturais, apresentar o certificado de não filiação ao IESS.